

Deliberação do Conselho de Administração

15 de Julho 2010

No âmbito do "Concurso público para selecção de plataformas electrónicas para contratação pública", publicado no Jornal Oficial da União Europeia S 227 de 21/11/2008 através do anúncio n.º 301790, e no Diário da República, 2ª Série, n.º 226 de 20/11/2008, através do anúncio n. 525/2008, deliberou o Conselho de Administração da ANCP, em 03/4/2009 e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, considerar caducada a adjudicação à concorrente n.º 3, Infosistema - Sistemas de Informação, S.A. (adiante apenas Infosistema), para o lote n.º 1 do concurso (contratação anual de plataforma base), porquanto a referida concorrente entregou, em sede de habilitação, um relatório elaborado pelo auditor de segurança, que, contudo, não atestava a conformidade da sua plataforma electrónica com as normas previstas na Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho, não cumprindo assim o requisito previsto na alínea b) do artigo 15.º do Programa de Concurso (PC).

Por força da mencionada deliberação, e no que ora releva, foram ainda adjudicadas, para os lotes 1 a 4 do concurso, as propostas dos concorrentes que cumpriram os requisitos identificados no artigo 20.º do Caderno de Encargos (CE) e respectivo Anexo A e que se encontram devidamente habilitados.

A concorrente n.º 3, Infosistema, impugnou judicialmente a deliberação de 03/04/2009, bem como a deliberação de 27/04/2009, que a confirmou.

Por sentença de 19/10/2009, proferida no processo n.º 550/09.3 BESNT, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra julgou improcedente a acção intentada pela Infosistema, absolvendo a ANCP e as demais contra-interessadas dos pedidos.

Interposto recurso jurisdicional dessa sentença, a deliberação do Conselho de Administração da ANCP de 03/04/2009, bem como a de 27/04/2009, na parte em que se considerou caducada a adjudicação à concorrente n.º 3, Infosistema, para o aludido lote n.º 1 do concurso, foram anuladas por Acórdão da 1.ª Secção (1.ª Subsecção) do Tribunal Central Administrativo Sul (TCA Sul), de 04/02/2010 (processo n.º 5832/10), agora confirmado, em sede de recurso de revista, por Acórdão da 1.ª Secção (1.ª Subsecção) do Supremo Tribunal Administrativo (STA), de 08/07/2010 (recurso n.º 275/10).



O mencionado Acórdão do TCA Sul, para além da anulação das referidas deliberações e demais actos cuja validade delas dependa, condenou também a ANCP a praticar novo acto que incluía a Infosistema entre os concorrentes cujas propostas foram adjudicadas para o lote n.º 1 e habilitada a celebrar o respectivo contrato-quadro.

Todavia, no Acórdão de 08/07/2010, o STA confirmou o referido Acórdão do TCA Sul, *"embora com fundamentos não inteiramente coincidentes"*, na medida em que apenas deu como procedente a *"violação do direito de audiência do interessado previamente à emissão do acto impugnado, traduzindo-se essa omissão, portanto, na violação do artigo 100.º do CPA"*.

Assim, de acordo com a doutrina fixada no Acórdão do STA de 08/07/2010, a reconstituição da situação que existiria se o acto anulado não tivesse sido praticado passa por dar ao concorrente n.º 3 a possibilidade de se pronunciar ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre os motivos determinantes da caducidade da adjudicação para o lote n.º 1 do concurso – a entrega, em sede de habilitação dos adjudicatários, de um relatório elaborado pelo auditor de segurança, que não atestava a conformidade da sua plataforma electrónica com as normas previstas na Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho, não cumprindo assim o requisito previsto na alínea b) do artigo 15.º do PC –; bem como a possibilidade de o concorrente n.º 3 reparar os pontos referidos, identificados pelo seu auditor.

Acontece que os elementos de prova constantes do processo n.º 550/09.3 BESNT, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, demonstram que, somente em 01/07/2009, já depois de terem sido adoptados os actos anulados, o auditor externo de segurança apresentou uma adenda ao documento de conformidade com a confirmação das correcções das não conformidades anteriormente apontadas à plataforma electrónica da concorrente n.º 3.

Na sequência do que a plataforma da concorrente n.º 3 foi devidamente certificada pelo Centro de Gestão da Rede Informática do Governo – CEGER, que é a entidade supervisora das plataformas electrónicas no âmbito dos contratos públicos, conforme parecer técnico de 30/07/2009 junto aos referidos autos.

Por outro lado, e na medida em que o documento de conformidade passou a atestar a conformidade da plataforma electrónica com as normas da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho, a concorrente n.º 3 passou a estar incluída na lista de entidades certificadas pela entidade supervisora para prestar serviços de plataforma electrónica, publicada no portal único dedicado aos contratos públicos

(in: <http://www.base.gov.pt/plataformaselectronicas/Paginas/plataformascertificadas.aspx>).

Deste modo, atendendo ao princípio da eficiência, plasmado no artigo 10.º do Código de Procedimento Administrativo, e ao dever de celeridade previsto no art. 57.º do mesmo código, que impende sobre todos os órgãos administrativos, e considerando ainda que os elementos de prova acima referidos, pese embora sobrevenham aos actos anulados, são do conhecimento do Conselho de Administração da ANCP e conduzem a uma decisão favorável à concorrente n.º 3, deve ser dispensada, no caso vertente, a audiência dos interessados, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Nestes pressupostos, em execução do julgado anulatório, o Conselho de Administração da ANCP, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e na alínea p) do n.º 1 do artigo 9.º, ambos dos Estatutos da ANCP, delibera o seguinte:

- a) Considerar válida a habilitação da concorrente n.º 3, Infosistema - Sistemas de Informação, S.A., face aos documentos de habilitação juntos ao processo n.º 550/09.3 BESNT, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, dando-se por verificadas as exigências do artigo 15.º do PC e do artigo 81.º do CCP;
- b) Manter a adjudicação, para o lote 1 do "Concurso público para selecção de plataformas electrónicas para contratação pública", às propostas dos concorrentes que cumpriram os requisitos identificados no artigo 20.º do Caderno de Encargos e no Anexo A e que se encontram devidamente habilitados, de acordo com a seguinte ordenação:

Posição	Concorrente	Preço para o Lote 1
1º	N.º 2 - ANO Sistemas de Informática e Serviços, Lda.	3.995,00 €
2º	N.º 3 - Infosistema	84.000,00 €
3º	N.º 6 - Saphety Level - Trusted Services, S.A.	550.000,00 €
4º	N.º 1 - Construlink Tecnologias de Informação S.A.	630.000,00 €
5º	N.º 4 - Vortal Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.	632.500,00 €

- c) Notificar os concorrentes seleccionados da presente deliberação, informando-se ainda a concorrente n.º 3, Infosistema - Sistemas de Informação, S.A. de que a assinatura do contrato terá lugar no dia 30 de Julho de 2010.



Paulo Magina
Presidente



Joana Lopes de Carvalho
Vogal



João de Almeida
Vogal